

Introdução à EaD

Miriam Brum Arguelho



AGEAD
Agência de Educação
Digital e a Distância



Introdução à EaD

Miriam Brum Arguelho

EaD
UFMS DIGITAL

AGEAD
Agência de Educação
Digital e a Distância



Sobre o E-book

Este e-book faz parte dos Cursos de Graduação e Pós-graduação do **Programa UFMS Digital**, coordenado pela Agência de Educação Digital e a Distância da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Coordenação Geral

Daiani Damm Tonetto Riedner

Coordenação Pedagógica

Ana Carolina Pontes Costa

Mauro dos Santos de Arruda

Analígia Miranda da Silva

Heloisa Helena de Almeida Portugal

Equipe Multidisciplinar

Isabelle Dias Carneiro Santos

Analígia Miranda da Silva

Desenho Instrucional

Pedro Salina Rodovalho

Projeto Gráfico e Diagramação

Maira Sônia Camacho

Revisão de Língua Portuguesa

Aline Cristina Maziero

Sandro Fabian Francilio Dornelles

Thyago José da Cruz



Respeitadas as formas de citação formal de autores de acordo com as normas da ABNT NBR 6023 (2018), a não ser que esteja indicado de outra forma, todo material desta apresentação está licenciado sob uma [Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



AGEAD
Agência de Educação
Digital e a Distância



agead.ufms.br

Disciplina

Introdução à EaD

Carga Horária

30 horas

Autoria

Miriam Brum Arguelho

[Currículo Lattes](#)

Ementa

Educação a Distância: conceitos e legislação. Ambiente Virtual de Aprendizagem. Tecnologias digitais para aprendizagem a distância.

Objetivo Geral

■ Compreender os fundamentos históricos, conceituais e legais da EaD, explorando as tecnologias e ferramentas digitais utilizadas em ambientes virtuais de aprendizagem, com ênfase nos sistemas institucionais da UFMS, de modo a desenvolver competências para o uso autônomo, criativo e colaborativo desses recursos na gestão e vivência de processos formativos on-line.

Objetivos Específicos

- Compreender a trajetória histórica da EaD, seus fundamentos, conceitos e marcos regulatórios que orientam sua implementação no Brasil, analisando as transformações e desafios dessa modalidade.
- Reconhecer e utilizar diferentes plataformas institucionais e ferramentas do ecossistema Google para apoiar práticas educativas on-line, desenvolvendo fluência digital na organização, produção e colaboração em ambientes virtuais de aprendizagem.

SUMÁRIO

Módulo 1

6

Educação a Distância: histórico, conceitos e legislação

Unidade 1 - Histórico e conceitos da EaD

8

Unidade 2 - Regulação e legislação da EaD

23

Módulo 2

30

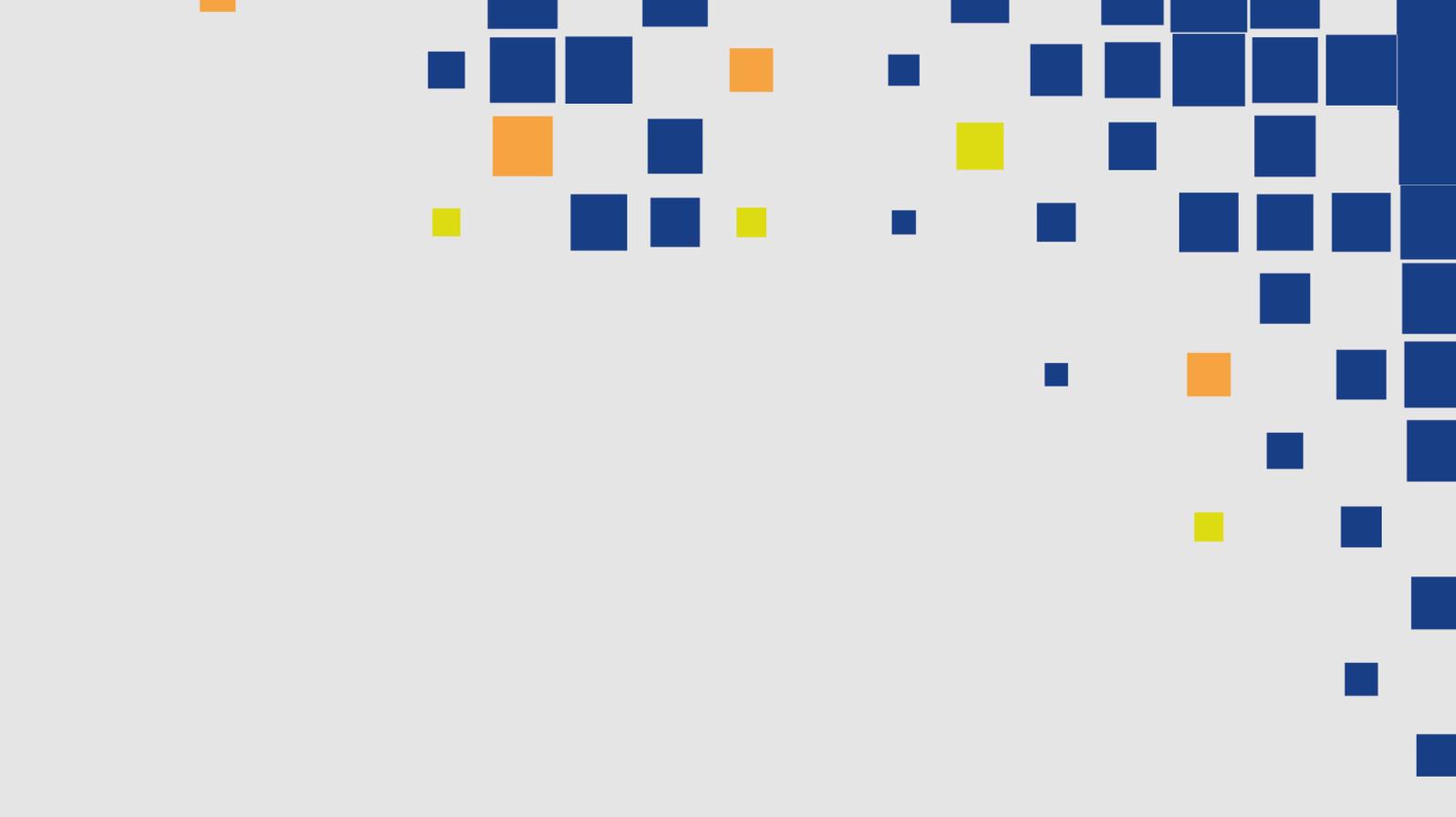
Ferramentas e tecnologias digitais para aprendizagem on-line

Unidade 1 - Acesso e uso do AVA e Sistemas da UFMS

33

Unidade 2 - Acesso e uso do Google Workspace e suas ferramentas

40



Módulo 1

Educação a Distância: histórico, conceitos e legislação



Apresentação

Olá, estudante! Tudo bem?

Seja muito bem-vindo e muito bem-vinda à nossa jornada de introdução à EaD! É uma alegria ter você por aqui. Nesta trilha de aprendizagem, vamos juntos explorar os caminhos da Educação a Distância (EaD), conhecendo suas origens, marcos regulatórios e as aplicações que ela assume na atualidade.

Escolhemos iniciar por esses temas porque entendemos que compreender a história da EaD e os fundamentos legais que a sustentam é essencial para que você possa atuar de forma crítica, consciente e criativa nos espaços virtuais de aprendizagem. A EaD não é apenas uma modalidade de ensino, ou uma alternativa tecnológica, ela é uma possibilidade concreta de democratização do conhecimento, de ampliação de acessos e de reinvenção das práticas educativas.

Na **Unidade 1**, iremos conhecer os diferentes momentos históricos da EaD, desde os cursos por correspondência até as experiências mais recentes com tecnologias digitais e ambientes virtuais. Será uma viagem no tempo, recheada de reflexões sobre o contexto e os sentidos dessa modalidade ao longo dos séculos.

Vamos explorar, na **Unidade 2**, os principais dispositivos legais que orientam a EaD no Brasil. Vamos conversar sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), e conhecer os decretos e pareceres que orientam essa modalidade, refletindo sobre como a legislação acompanha (ou tensiona) os avanços pedagógicos e tecnológicos.

Espero que esse percurso seja leve, envolvente e provocador. Que a cada leitura você se sinta parte de uma rede de conexões entre saberes, práticas e conhecimentos que a EaD pode proporcionar. Convido você a mergulhar comigo nessa caminhada em que o virtual e o real se entrelaçam – porque aprender, mesmo à distância, é sempre um encontro.

Vamos juntos? Bons estudos!

Unidade 1

Histórico e conceitos da EaD



Fonte: gerado pelo ChatGPT

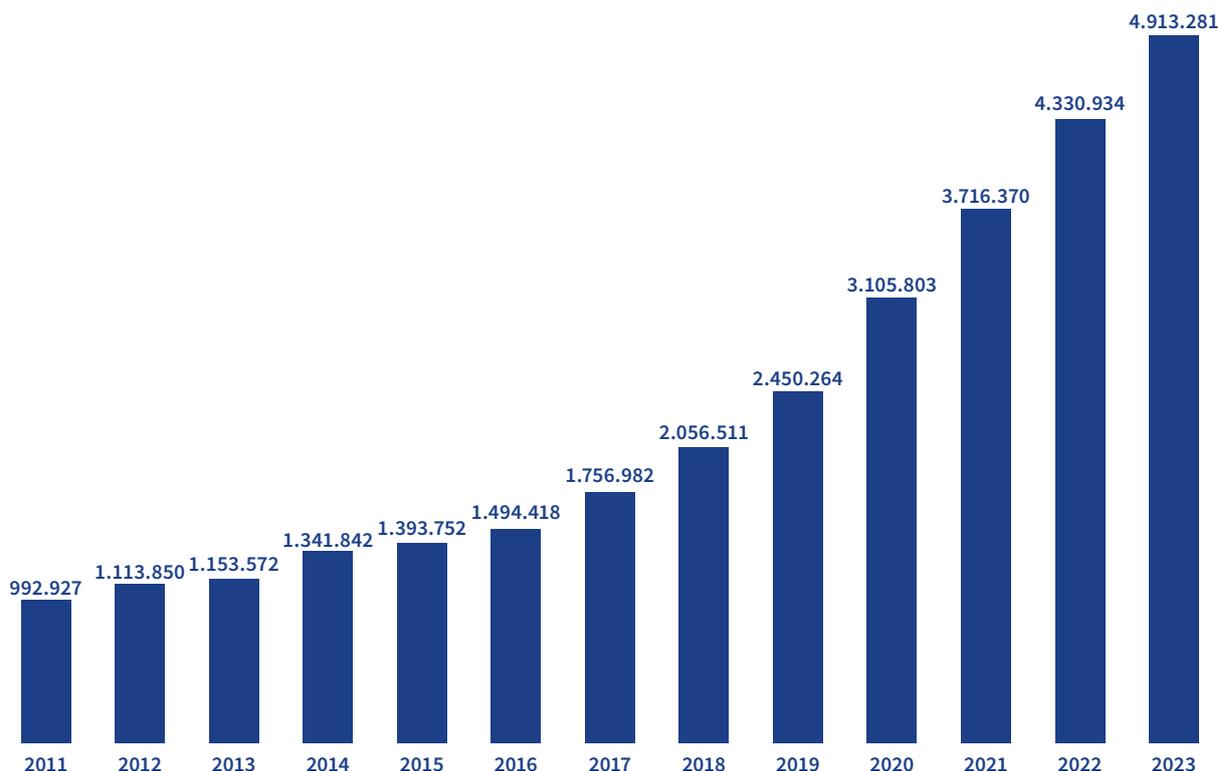
Descrição da imagem: uma pessoa aparece cabisbaixa, sentindo falta do amigo que viajou — afinal, era ele quem sempre lembrava de fazer as atividades no AVA. De repente, uma notificação salta do computador: “Eu tô aqui!!! E cadê você no fórum do AVA???” — e, num instante, fica feliz com o incentivo inesperado.

Nesta unidade, vamos explorar as origens e os conceitos fundamentais da Educação a Distância (EaD). Você já se perguntou como surgiu essa modalidade de ensino que permite aprender sem a necessidade de estar no espaço físico de uma sala de aula? Vamos juntos desvendar um pouco mais da extensa e relevante trajetória.

A EaD é uma **modalidade**, definida no art. 27 do capítulo II, da Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010, em que professores e estudantes estão separados espacial e/ou temporalmente, utilizando Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) para mediar o processo de ensino. Segundo Lucineia Alves (2011), é caracterizada por sua capacidade de democratizar o acesso ao conhecimento, superando barreiras geográficas e temporais. A autora destaca que essa modalidade de ensino se consolidou como uma alternativa potente para a formação de indivíduos que, por diversas razões, não podem frequentar cursos presenciais.

Para Vieira (2015), embora a LDB não classifique a EaD como modalidade, ela pode ser reconhecida como tal devido à sua relevância na oferta escolar; a Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010, inclusive, a inclui entre as modalidades de ensino, ao lado da EJA, por exemplo. Saiba mais [aqui!](#)

Número de matrículas em cursos de graduação a distância no Brasil



Fonte: Inep (2024, p. 36)

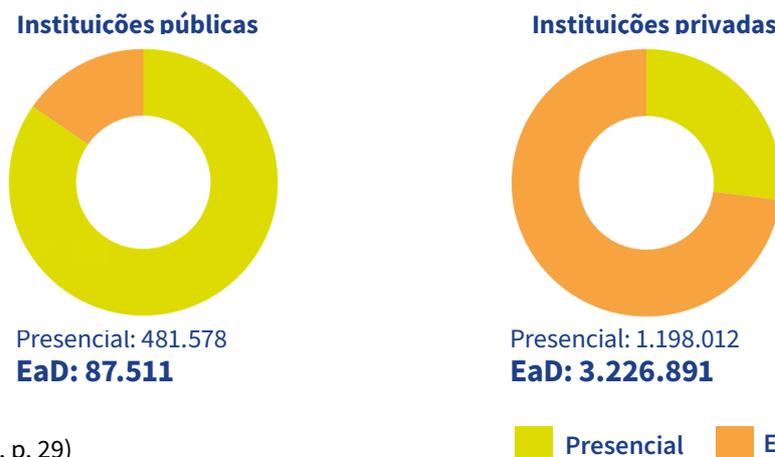
Os dados do [Censo da Educação Superior 2021](#), revelam que entre os anos de 2011 e 2021, o número de ingressantes em cursos superiores de graduação, na modalidade EaD, aumentou 474%. Além disso, o crescimento do número de matrículas na modalidade entre 2021 e 2023 foi de mais de 1 milhão.

O número de matrículas na Educação Superior (tanto presencial quanto EaD) manteve a tendência de crescimento dos últimos anos e ultrapassou a marca dos 9,9 milhões em 2023 – um aumento de 5,6% em relação a 2022, o maior registrado desde 2014. As instituições privadas concentraram a maior parte dos estudantes, com 79,3% do total (7.907.652 matrículas), apresentando um crescimento de 7,3% no período. Já as instituições públicas responderam por 20,7% das matrículas (2.069.130), com uma leve queda de 0,4%.

Segundo o [Censo da Educação Superior 2023](#), mais de 4,9 milhões de estudantes iniciaram cursos de graduação no ano. A maior parte desses ingressantes está na rede privada, que recebeu 88,6% (4.424.903) dos novos estudantes, enquanto a rede pública acolheu 11,4% (569.089).

A modalidade de Educação a Distância (EaD) seguiu em expansão e foi responsável por 66,4% dos ingressos (3.314.402), enquanto os cursos presenciais concentraram 33,6% (1.679.590). No entanto, ao analisarmos os dados por tipo de instituição, observam-se contrastes significativos:

Número de ingressantes na graduação por tipo de instituição e modalidade



Nas instituições públicas, o ingresso em cursos presenciais predominou, representando 85% (481.578) dos novos alunos, contra apenas 15% (87.511) na modalidade EaD. Já nas instituições privadas, a realidade se inverte: 73% (3.226.891) dos ingressantes optaram por cursos a distância, enquanto 27% (1.198.012) ingressaram em cursos presenciais.

Essa expansão da modalidade destaca que a EaD tem se modificado constantemente, adaptando-se às mudanças tecnológicas e sociais, e desempenha um papel importante na democratização do acesso e na permanência na educação superior. Para ilustrar as transformações da EaD, vamos percorrer uma linha do tempo com os principais marcos históricos da modalidade no nosso país.

1904

O Jornal do Brasil registra, na primeira edição da seção de classificados, anúncio que oferece profissionalização por correspondência para datilógrafo.

1923

Um grupo liderado por Henrique Morize e Edgard Roquette-Pinto criou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro que oferecia cursos de Português, Francês, Silvicultura, Literatura Francesa, Esperanto, Radiotelegrafia e Telefonia. Tinha início assim a Educação a Distância pelo rádio brasileiro.

1934

Edgard Roquette-Pinto instalou a Rádio-Escola Municipal no Rio, projeto para a então Secretaria Municipal de Educação do Distrito Federal. Os estudantes tinham acesso prévio a folhetos e esquemas de aulas, e também era utilizada correspondência para contato com estudantes.

1939

Surgimento, em São Paulo, do Instituto Monitor, o primeiro instituto brasileiro a oferecer sistematicamente cursos profissionalizantes a distância por correspondência, na época ainda com o nome Instituto Rádio Técnico Monitor.

Panfleto de curso por correspondência do Instituto Monitor



Fonte: [Biblioteca Nacional](#)

1941

Surge o Instituto Universal Brasileiro, segunda organização brasileira a oferecer cursos profissionalizantes sistematicamente. Fundado por um ex-sócio do Instituto Monitor, já formou mais de 4 milhões de pessoas e hoje possui cerca de 200 mil alunos. Juntaram-se ao Instituto Monitor e ao Instituto Universal Brasileiro outras organizações similares, que foram responsáveis pelo atendimento de milhões de alunos em cursos abertos de iniciação profissionalizante a distância. Algumas dessas instituições atuam até hoje. Ainda no ano de 1941, surge a primeira Universidade do Ar, que durou até 1944.

1947

Surge a nova Universidade do Ar, patrocinada pelos Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC) e emissoras associadas. O objetivo desta era oferecer cursos comerciais radiofônicos. Os alunos estudavam nas apostilas e corrigiam exercícios com o auxílio dos monitores. A experiência durou até 1961, entretanto o SENAC continua oferecendo Educação a Distância até hoje.

1959

A Diocese de Natal, no Rio Grande do Norte, cria algumas escolas radiofônicas, dando origem ao Movimento de Educação de Base (MEB), marco na Educação a Distância não formal no Brasil. O MEB, envolvendo a Conferência Nacional dos Bispos do

Brasil e o Governo Federal, utilizou-se inicialmente de um sistema rádio-educativo para a democratização do acesso à educação, promovendo o letramento de jovens e adultos.

1962

É fundada, em São Paulo, a Ocidental School, de origem americana, focada no campo da eletrônica.

1967

O Instituto Brasileiro de Administração Municipal inicia suas atividades na área de educação pública, utilizando-se de metodologia de ensino por correspondência. Ainda neste ano, a Fundação Padre Landell de Moura criou seu núcleo de Educação a Distância, com metodologia de ensino por correspondência e via rádio.

1970

Surge o Projeto Minerva, um convênio entre o Ministério da Educação, a Fundação Padre Landell de Moura e Fundação Padre Anchieta, cuja meta era a utilização do rádio para a educação e a inclusão social de adultos. O projeto foi mantido até o início da década de 1980.

Exemplar de curso supletivo do Projeto Minerva



Fonte: [Timetoast](#)

1974

Surge o Instituto Padre Reus e na TV Ceará começam os cursos das antigas 5ª a 8ª séries (atuais 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental), com material televisivo, impresso e monitores.

1976

É criado o Sistema Nacional de Teleducação, que oferece cursos e material instrucional.

1979

A Universidade de Brasília, pioneira no uso da Educação a Distância no ensino superior no Brasil, oferece cursos por meio de jornais e revistas. Em 1989 surge o Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância e o Brasil EaD.

1981

É fundado o Centro Internacional de Estudos Regulares (CIER) do Colégio Anglo-Americano que oferecia Ensino Fundamental e Médio a distância. O objetivo do CIER é permitir que crianças, cujas famílias mudem-se temporariamente para o exterior, continuem a estudar pelo sistema educacional brasileiro.

1983

O SENAC desenvolveu uma série de programas radiofônicos visando a orientação profissional na área de comércio e serviços, denominada “Abrindo Caminhos”.

1991

O programa “Jornal da Educação – Edição do Professor”, concebido e produzido pela Fundação Roquete-Pinto tem início e em 1995 com o nome “Um salto para o Futuro”, é incorporado à TV Escola (canal educativo da Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação) tornando-se um marco na Educação a Distância nacional. É um programa que visa a formação continuada e aperfeiçoamento de professores, principalmente do Ensino Fundamental e alunos dos cursos de mestrado. Atinge por ano mais de 250 mil docentes em todo o país.

Vinheta da TV Escola



Fonte: MEC/Divulgação

1992

É criada a Universidade Aberta de Brasília.

1995

É criado o Centro Nacional de Educação a Distância, e nesse mesmo ano, a Secretaria Municipal de Educação cria a MultiRio (RJ) para formação nos Anos Finais do Ensino Fundamental através de programas televisivos e material impresso. Ainda em 1995 é criado o Programa TV Escola, da Secretaria de Educação a Distância do MEC.

1996

O Ministério da Educação (MEC) cria a Secretaria de Educação a Distância (SEED), como uma política que privilegia a democratização e a qualidade da educação brasileira. É neste ano também que a Educação a Distância surge oficialmente no Brasil e as bases legais da modalidade são estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

2000

É formada a UniRede, Rede de Educação Superior a Distância, consórcio que reúne atualmente 70 instituições públicas do Brasil comprometidas com a democratização do acesso à educação de qualidade, por meio da Educação a Distância, oferecendo cursos de graduação, pós-graduação e extensão. Nesse ano, também nasce o Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ), com a assinatura de um documento que inaugura a parceria entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Ciência e Tecnologia, as universidades públicas e as prefeituras do Estado do Rio de Janeiro.

Logotipo da UniRede



2002

O Cederj é incorporado à Fundação Centro de Ciências de Educação Superior a Distância do Rio de Janeiro (Fundação CECIERJ).

2004

Vários programas para a formação inicial e continuada de professores da rede pública, por meio da EaD, foram implantados pelo MEC. Entre eles o Proletramento e o Mídias na Educação.

2005

É criada a Universidade Aberta do Brasil, uma parceria entre o MEC, estados e municípios, integrando cursos, pesquisas e programas de educação superior a distância.

Logotipo da UAB



2006

Entra em vigor o Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, incluindo os da modalidade a distância (Brasil, 2006).

2007

Entra em vigor o Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, que altera dispositivos do Decreto nº 5.622 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 2007).

2008

Em São Paulo, uma lei permite o Ensino Médio a distância, com a possibilidade de até 20% da carga horária dessa etapa de ensino ser oferecida a distância.

2009

Entra em vigor a Portaria nº 10, de 02 julho de 2009, que fixa critérios para a dispensa de avaliação in loco e dá outras providências para a Educação a Distância no Ensino Superior no Brasil (Brasil, 2009).

2011

A Secretaria de Educação a Distância é extinta.

2012

Segundo dados da Hoper Consultoria, citados por Dourado, Moraes e Siqueira (2024), em 2012, cerca de 39,3% do mercado educacional brasileiro estava concentrado em empresas como Kroton, Anhanguera Educacional, Estácio, Universidade Paulista, entre outras. Nesse contexto, destaca-se a fusão entre a Kroton e a Anhanguera, aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em 2014, a qual resultou em uma organização com expressivo número de alunos matriculados em diferentes níveis de ensino, ampla infraestrutura de campi e polos educacionais, além de um alto valor de mercado. Com a fusão, a nova empresa passou a ocupar a 17ª posição entre as maiores da Bolsa de Valores de São Paulo, somando mais de R\$24 bilhões em valor de mercado.

2013 a 2015

O período foi marcado pelo crescimento expressivo da oferta de cursos na modalidade a distância, impulsionado pela ampliação do acesso à internet, pela popularização de dispositivos móveis e pela promessa de democratização do ensino superior.

Plataformas on-line, vídeos, chats e fóruns passaram a ser amplamente utilizados como recursos pedagógicos para promover a interação entre estudantes e professores. Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) se tornaram o principal espaço de mediação didática.

A EaD foi consolidada como modalidade de ensino, com normativas específicas orientando sua oferta. Destaca-se a Instrução Normativa nº 1, de 14 de janeiro de 2013, que dispõe sobre os procedimentos do fluxo dos processos de regulação de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos na modalidade EaD.

Em 2014, a EaD já representava 15,8% das matrículas na graduação, segundo o Censo da Educação Superior. No mesmo período, o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) atingiu a marca de 120 mil estudantes matriculados em cursos de licenciatura e formação continuada, contribuindo para a interiorização e a ampliação do acesso ao ensino superior público. De acordo com os dados do Censo da Educação Superior 2010-2017 (Inep/MEC) no ano de 2014, o número acumulado de diplomas de graduação concedidos na modalidade a distância foi de 821.709, o que representa um aumento de mais de cinco vezes o número de diplomas concedidos na mesma modalidade em 2010.

Ainda de acordo com os dados do mesmo Censo, o Brasil registrou no ano de 2015 o número de 1.393.752 matrículas na modalidade EaD, o que representa 17,4% do total das matrículas em cursos de graduação demonstrando, um crescimento contínuo da modalidade.

2015 a 2020

Nesse período, a EaD no Brasil se transformou pela incorporação de tecnologias emergentes, pela personalização do ensino e pelo fortalecimento do marco regulatório em torno da qualidade e da aprendizagem.

A adoção de vídeos interativos, realidade virtual (RV) e aumentada (RA) ganhou destaque como estratégia para tornar o aprendizado mais imersivo e eficaz, contribuindo para maior retenção dos conteúdos pelos estudantes. Plataformas adaptativas e sistemas de tutoria inteligente baseados em IA passaram a personalizar trajetórias de aprendizagem, apoiando o aluno com feedback automático e análise de desempenho individual.

O sistema e-MEC continuou central na regulação da EaD, permitindo tramitar eletronicamente os processos de credenciamento e reconhecimento de cursos por meio da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) do MEC. O marco regulatório se consolidou com foco na garantia de qualidade da oferta e nos resultados de aprendizagem, alinhando instituições às normas do CNE e do INEP.

Segundo o Censo da Educação Superior 2020 (dados com base final em junho de 2021), mais de 3,7 milhões de ingressantes em cursos de graduação foram registrados – desses, mais de 2 milhões (53,4%) optaram pela EaD, superando os cursos presenciais pela primeira vez na história do país. A oferta de vagas em EaD cresceu mais de 30% em relação a 2019, chegando a 13,5 milhões de vagas em 2020, enquanto a expansão de cursos presenciais foi de apenas 1,3% no mesmo período.

2020 a 2025

Este período foi marcado pela publicação do Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, que reformulou profundamente o marco regulatório da Educação a Distância (EaD) no Brasil, revogando o Decreto nº 9.057/2017 e alterando o Decreto nº 9.235/2017. A nova política estabelece padrões claros para os formatos presencial, semipresencial e a distância.

É proibida a oferta de cursos 100% EaD em todas as graduações, exigindo-se carga horária presencial ou síncrona mediada em qualquer formato. Há a introdução oficial da modalidade semipresencial, que exige mínimo de 30% da carga horária em atividades presenciais e 20% em atividades presenciais ou síncronas mediadas.

Cursos de Medicina, Direito, Enfermagem, Odontologia e Psicologia são exclusivamente presenciais, vedada qualquer oferta a distância, dado o caráter prático e estágio-profissional dessas áreas.

Todos os cursos com autorização anterior ao decreto passaram por reclassificação: os cursos que não atendem aos novos formatos estão “em extinção”, com prazo de até 90 dias para nova reestruturação ou migração ao formato semipresencial.

Instituições previamente credenciadas exclusivamente para EAD só podem migrar para semipresencial ou EaD dentro dos novos parâmetros; aquelas que desejam ofertar formatos diferentes devem protocolar pedidos de credenciamento conforme calendário regulatório. As Instituições de Ensino Superior (IES) têm até maio de 2027 para adequar infraestrutura, corpo docente e polos EaD às exigências do decreto, especialmente relativas às atividades presenciais obrigatórias.

Com essa reformulação, espera-se um fortalecimento da qualidade e maior equilíbrio entre flexibilidade e credibilidade acadêmica, especialmente nos cursos que envolvem práticas profissionais e laboratórios.

A figura do mediador pedagógico foi formalmente incorporada, com atribuições exclusivas de mediação didática separadas das funções administrativas dos tutores. Além disso, a integração de tecnologias imersivas como realidade virtual e aumentada se intensificou em iniciativas educacionais, enriquecendo a experiência pedagógica, sobretudo em cursos semipresenciais que combinam ensino on-line e presencial. Há a adoção crescente de plataformas inteligentes e Inteligência Artificial (IA) adaptativa para personalizar conteúdos, apoiar avaliações e fortalecer a mediação pedagógica.

A análise histórica da EaD no Brasil revela não apenas uma trajetória marcada por inovações tecnológicas e políticas públicas estratégicas, mas sobretudo, por um esforço contínuo de tornar o **direito à educação** uma realidade possível para diferentes indivíduos sociais, especialmente aqueles historicamente excluídos dos espaços escolares presenciais.

Ao percorrermos essa linha do tempo, compreendemos que a EaD não é um fenômeno recente, nem um modelo improvisado, mas uma modalidade que foi se redesenhando conforme as demandas sociais, os avanços comunicacionais e as políticas de acesso e permanência. Diante dessa história rica e multifacetada, cabe agora aprofundarmos os conceitos que sustentam e complexificam a EaD, compreendendo-a para além de uma simples mediação tecnológica, como um campo de práticas, teorias e sentidos em disputa.

A EaD não se estabelece como um conceito fechado, tampouco neutro. Sua definição transita entre disputas epistemológicas, interesses políticos e projetos de sociedade.

Como afirmam Fonseca e Lima (2024, p. 2), as concepções de EaD revelam imbricações profundas com os contextos político-econômicos e as práticas educacionais vigentes. Longe de ser apenas uma mediação tecnológica, a EaD se constitui como campo de tensões entre autonomia e controle, emancipação e mercantilização, inclusão e precarização.

Para refletir

- Você já teve alguma experiência com a EaD como estudante ou educador(a)?
- Quais desafios e potenciais você enxerga nessa modalidade?

A pluralidade de termos utilizados para descrever a EaD – como ensino a distância, teleducação, estudo independente, aprendizagem flexível, *blended learning*, entre outros – carrega o risco do que Formiga (2009) chama de armadilhas terminológicas. Segundo Morais (2012, *apud* Fonseca; Lima, 2024, p. 7), essas expressões podem funcionar como cercos conceituais que estreitam horizontes, limitando os sentidos possíveis da modalidade. São escolhas que não apenas designam, mas definem os rumos e sentidos da educação que queremos.

Teleducação

A Teleducação refere-se à utilização de tecnologias de telecomunicação, como rádio, televisão e internet, para promover processos educativos a distância. Essa abordagem busca ampliar o acesso à educação, especialmente em regiões remotas, utilizando recursos audiovisuais para facilitar a aprendizagem. Saiba mais [aqui!](#)

Estudo independente

O Estudo independente é uma abordagem educacional que enfatiza a autonomia do aluno no processo de aprendizagem, permitindo que ele organize seu tempo e recursos de acordo com suas necessidades e ritmo. Essa modalidade é frequentemente associada à EaD, pois o estudante assume um papel ativo na construção do conhecimento. Saiba mais [aqui!](#)

Aprendizagem flexível

A Aprendizagem flexível é caracterizada pela adaptação dos processos educacionais às necessidades individuais dos alunos, oferecendo flexibilidade em termos de tempo, espaço, ritmo e estilo de aprendizagem. Essa abordagem visa promover a inclusão e atender à diversidade dos estudantes. Saiba mais [aqui!](#)

Blended learning

O *blended learning*, ou Ensino Híbrido, é uma metodologia que combina atividades presenciais e online, integrando o melhor dos dois ambientes para proporcionar uma experiência de aprendizagem mais rica e personalizada. Essa abordagem busca aproveitar as vantagens das tecnologias digitais sem abrir mão da interação face a face. Saiba mais [aqui!](#)

Na legislação brasileira, encontramos uma oscilação conceitual significativa entre os termos “ensino a distância” e “educação a distância”. Essa dicotomia não é apenas semântica. Como alertam Fonseca e Lima (2024, p. 10), ao optar por “ensino”, reduzem-se os horizontes formativos da modalidade, subordinando-a a uma lógica transmissiva e tecnicista. Já o termo “educação” implica uma concepção mais ampla, crítica e dialógica do processo formativo, abrangendo dimensões culturais, sociais e políticas da aprendizagem.

As primeiras regulamentações da EaD no Brasil, como o Decreto nº 2.494/1998, adotam uma perspectiva tecnicista, centrada na autoaprendizagem. Nessa visão, o estudante é responsabilizado por seu percurso formativo, e a mediação docente se esvazia (Fonseca; Lima, 2024, p. 9). Fonseca (2020) aponta que essa concepção resulta em um “silenciamento pedagógico”, em que a interação entre indivíduos cede lugar à entrega de conteúdos previamente organizados por plataformas e materiais didáticos.

Com o Decreto nº 5.622/2005, a EaD é reconhecida como modalidade educacional, marcando uma importante inflexão conceitual (Fonseca; Lima, 2024, p. 9). A definição passa a incorporar a mediação didático-pedagógica, o uso de tecnologias e a diversidade de tempos e espaços, aproximando-se de uma concepção integral e socialmente referenciada. Como afirma Lima (2014), essa arquitetura pedagógica valoriza a articulação entre presencialidade, tecnologia e intencionalidade formativa.



A Resolução nº 1/2016 do CNE reafirma a EaD como modalidade educacional e introduz critérios fundamentais para sua qualidade: formação docente, acompanhamento, avaliação, políticas de acesso e participação democrática (Fonseca; Lima, 2024, p. 9). Lima e Alonso (2019) defendem uma EaD ancorada em bases socialmente referenciadas, que vá além da eficiência técnica e promova justiça social, inclusão e emancipação dos indivíduos envolvidos.

A partir de 2016, com a reconfiguração do cenário político nacional, a EaD passou a ser cada vez mais capturada por um discurso neoliberal, orientado à expansão mercadológica da educação superior (Fonseca; Lima, 2024, p. 10). A Portaria nº 1.134/2016 e o Decreto nº 9.057/2017 reforçam a EaD como instrumento de crescimento econômico, esvaziando seu potencial emancipador. Surge então, o fenômeno da “eadização”, que busca desregular a modalidade, apresentando-a como simples metodologia, alheia a marcos legais estruturantes (Rodrigues, 2021).

A recente publicação da Portaria MEC nº 378, de 19 de maio de 2025, e do Decreto nº 12.456, da mesma data, inaugura uma nova etapa na regulamentação da Educação a Distância no Brasil, reatualizando marcos legais anteriores e respondendo a um cenário de expansão acelerada, disputas mercadológicas e demandas por qualidade educacional. Essas normativas se somam a um histórico já complexo de legislações, mas trazem elementos que tensionam, refinam e, em alguns aspectos, reposicionam o papel da EaD na política educacional brasileira.

O [Decreto nº 12.456/2025](#) atualiza e consolida diretrizes para a oferta de cursos de graduação na modalidade EaD, com destaque para a ampliação das possibilidades de credenciamento e expansão institucional. A normativa exige, no entanto, critérios mais rigorosos de qualidade, reforçando a obrigatoriedade de avaliação periódica e transparência nos processos educacionais. A ideia de que a EaD deve ser pautada por responsabilidade institucional e compromisso com a formação cidadã volta a ganhar força, ainda que em meio a tensões com interesses privatistas que seguem presentes no setor.

A [Portaria nº 378/2025](#) estabelece parâmetros operacionais e pedagógicos mais detalhados, buscando assegurar que a flexibilidade da EaD não se transforme em precarização. Entre os dispositivos, estão a obrigatoriedade de planos de ensino que contemplem metodologias ativas, o fortalecimento da mediação pedagógica, a presença de docentes com formação específica e a comprovação de infraestrutura tecnológica adequada. Tais exigências ecoam a defesa de uma qualidade socialmente referenciada (Lima; Alonso, 2019), mesmo que submetida a um campo de intensas disputas políticas e econômicas.

Esses novos marcos mostram que a EaD no Brasil permanece como território em disputa, onde diferentes projetos de educação, sociedade e mercado se entrelaçam. Como nos alertam Fonseca e Lima (2024, p. 11), as definições legais não são neutras: elas orientam o campo de possibilidades e restrições que atravessam a prática educacional. A oscilação entre EaD como “modalidade educacional”, “metodologia” ou “programa” ainda está presente nos textos legais, evidenciando que seus sentidos continuam sendo construídos – e disputados – a cada nova regulamentação.

É preciso reafirmar a modalidade como espaço de formação crítica, de diálogo cultural e produção de conhecimento enraizado na vida real dos indivíduos. Só assim poderemos garantir que a ampliação da modalidade seja acompanhada de compromisso ético, escuta ativa e atitude democrática.

Nesta unidade, exploramos as origens e os conceitos fundamentais da EaD. Compreendemos que se trata de uma modalidade em constante mudança, adaptando-se às alterações tecnológicas e sociais, que desempenha um papel importante na democratização do acesso à educação. Convido você a refletir sobre como a EaD tem impactado sua vida e a sociedade.

Unidade 2

Regulação e legislação da EaD



Fonte: [Freepik](#)

Descrição da imagem: pessoas em uma assembleia levantam cartões verdes, sinalizando aprovação.

Quem define as **regras** na Educação a Distância? Como se decide quantas horas podem ser on-line, que tipo de curso pode ser ofertado nessa modalidade, e quais os critérios para garantir qualidade e acessibilidade?

Nesta unidade, vamos explorar os principais marcos legais que orientam a oferta da EaD no Brasil. Mais do que conhecer decretos, resoluções e pareceres, vamos refletir sobre os caminhos e etapas para a regulamentação da EaD e o impacto desses trâmites na autonomia das instituições, no papel dos docentes e na garantia de uma educação democrática.

Ao longo desta unidade, vamos analisar dois estudos críticos que problematizam os dilemas da regulação educacional contemporânea. De um lado, veremos como as normas podem tanto proteger direitos como também limitar inovações e práticas pedagógicas transformadoras. De outro, vamos pensar o lugar da autonomia docente e institucional dentro de um cenário de recentes mudanças nos marcos regulatórios da EaD.

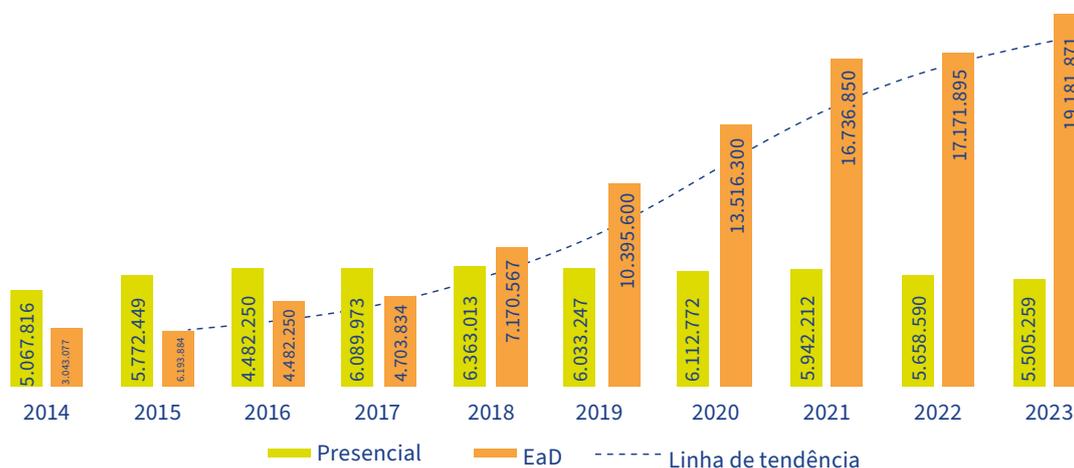
Este é um convite para que você, estudante, se aproxime do mundo da legislação educacional de forma crítica, compreendendo que por trás de cada norma existem interesses diversos, caminhos institucionais e diferentes formas de compreender o processo educativo. Vamos descobrir isso tudo juntos!

Ao longo dos últimos anos, a EaD tem sido objeto de diversos atos normativos que buscam estabelecer diretrizes mínimas para oferta de cursos. O Decreto nº 9.057, de maio de 2017, regulamentou o art. 80 da Lei nº 9.394/1996 (LDB), estabeleceu normas para a



oferta de cursos superiores a distância, critérios de credenciamento institucional e funcionamento de polos presenciais. Suas disposições criaram condições para um período de forte expansão da Educação a Distância no Brasil: em poucos anos, o número de polos registrados no MEC cresceu mais de 130%, impulsionado por políticas de flexibilização, inovações tecnológicas e maior acesso à internet. Para milhares de estudantes, especialmente aqueles que enfrentam barreiras geográficas, financeiras ou de tempo, a EaD se consolidou como uma porta de entrada no ensino superior. Em maio de 2025, esse decreto foi revogado pelo Decreto nº 12.456/2025, que inaugurou um novo marco regulatório para os cursos de graduação a distância, definindo formatos de oferta, estabelecendo parâmetros de qualidade e criando regras de transição, cujos detalhes serão apresentados mais adiante.

Número de vagas em cursos de graduação, por modalidade de ensino



Fonte: Censo da Educação Superior (INEP, 2024)

No entanto, essa ampliação quantitativa nem sempre vem acompanhada de garantias de qualidade pedagógica, avaliação criteriosa ou compromisso com a inclusão. Como lembra Daniela Lima (2024), é nesse contexto que a EaD começa a ser tratada não mais como uma modalidade com identidade própria, mas como um recurso metodológico aplicado de forma genérica, um processo de **“metodologização”** que pode esvaziar sua potência formativa e comprometer seu papel como política pública de acesso à educação.

É nesse contexto que emerge a regulamentação da educação híbrida. Apresentada como uma alternativa inovadora e flexível, ela tem sido tratada nos documentos do Conselho Nacional de Educação (CNE) como uma estratégia para reorganizar a oferta escolar, mas sem os mesmos padrões de regulação da EaD.

O [Parecer CNE/CP nº 20/2024](#) define a educação híbrida como a combinação e/ou integração de atividades pedagógicas presenciais e não presenciais, mediadas pelo planejamento e pela ação docente, com suporte de tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs) e ambientes on-line. Essa abordagem visa à inovação e ampliação de tempos e espaços no processo educativo, com organização curricular e de planejamento compatíveis.

O Manifesto Kadjót (2021) critica as “Diretrizes Gerais sobre a Aprendizagem Híbrida” do CNE, apontando que a regulamentação de uma metodologia desconsidera as especificidades pedagógicas, psicológicas e sociais dos estudantes brasileiros. O documento questiona a proposta de uma mesma metodologia para todos os níveis e modalidades de educação no Brasil, destacando que isso favorece principalmente os grandes grupos empresariais que se colocam na condição de comerciantes de “soluções tecnológicas salvadoras”.



[Conheça o documento](#)

As recentes normativas (o Decreto nº 12.456/2025 e a Portaria MEC nº 378/2025), apontam para um novo momento na regulamentação da EaD e da educação híbrida no Brasil.

Com o objetivo declarado de qualificar as ofertas e combater a precarização dos cursos, esses documentos definem percentuais mínimos de atividades presenciais e síncronas mediadas, vedam a EaD em determinadas áreas sensíveis (como Saúde e Direito) e estabelecem exigências mais rígidas para infraestrutura, avaliação e formação docente.

A figura do “mediador pedagógico” surge como um novo agente de apoio à aprendizagem, e os polos EaD passam a ser cobrados por oferecer ambientes físicos condizentes com a proposta pedagógica dos cursos.

Saiba mais sobre a Nova Política de Educação a Distância do MEC [aquí!](#)

Apesar do esforço normativo para organizar e diferenciar as ofertas, o tratamento dado aos conceitos de educação a distância e educação híbrida ainda suscita dúvidas e ambivalências.

A EaD é reafirmada como modalidade de ensino, com base legal consolidada, desde a LDB de 1996, mas sua prática vem sendo tensionada por iniciativas que a aproximam de um uso metodológico, esvaziando sua especificidade.

Educação a distância ou híbrida?

A educação híbrida, embora receba diretrizes cada vez mais detalhadas, como o Parecer CNE/CP nº 20/2024, continua sendo tratada como metodologia e não como modalidade, o que a coloca em um campo de indefinições normativas e menor exigência regulatória, ainda que sua aplicação tenha impactos estruturais no currículo e na organização do trabalho pedagógico.

Dessa forma, a nova regulamentação avança em certos pontos, como a ampliação do controle de qualidade e o reconhecimento da necessidade de presencialidade em cursos que demandam alta interação prática. No entanto, permanece inconclusiva quanto à natureza jurídica e pedagógica da educação híbrida, e mantém a EaD sob o risco da “metodologização”, como apontam os autores Daniela Lima (2024) e o Grupo Kadjót (2021). A regulação, por si só, não assegura uma formação democrática e crítica se não vier acompanhada de políticas de financiamento, valorização docente e infraestrutura tecnológica que garantam justiça social e emancipação no processo educativo.

Considerações finais

Neste primeiro módulo, trilhamos um percurso que entrelaça **memórias, disputas e regulações** na EaD no Brasil. Viajamos das cartas enviadas pelos correios e das transmissões por rádio até as salas virtuais dos dias atuais. Acompanhamos como a EaD foi se instituindo entre avanços pedagógicos, tensionamentos políticos e forças de mercado – sempre marcada por diferentes formas de compreender o que é ensinar, aprender e garantir o direito à educação em tempos digitais.

Que imagens ou ideias marcaram sua compreensão sobre a EaD?

O que muda na sua forma de olhar para uma disciplina ou curso ofertado a distância?

Como você enxerga agora o papel das tecnologias na educação: como ferramentas ou como territórios políticos

Compreendemos, em conjunto, que a EaD não pode ser reduzida a uma metodologia ou a um pacote técnico: ela é um território em disputa, onde se confrontam projetos formativos, decisões legais e interesses sociais. Como destacam Fonseca e Lima (2024), os vocabulários escolhidos nos marcos legais não são meramente descritivos – eles refletem e moldam os projetos de sociedade em disputa.

Neste sentido, as normativas recentes – especialmente a [Portaria MEC nº 378/2025](#) e o [Decreto nº 12.456/2025](#) – representam um esforço para qualificar e disciplinar a EaD e a educação híbrida. Esses dispositivos legais introduzem definições mais claras sobre presencialidade, estrutura mínima institucional, carga horária docente e mediação pedagógica, reafirmando que a educação, mesmo quando mediada por tecnologias, exige intencionalidade, vínculo e compromisso.

No entanto, também observamos que essas regulamentações, embora busquem garantir critérios de qualidade, ainda convivem com inseguranças conceituais: afinal, o que está sendo regulado? Uma modalidade de ensino? Uma prática pedagógica? Um conjunto de recursos? Essa ambiguidade abre espaço para disputas importantes e exige de nós um olhar crítico e vigilante.

Estudamos que termos como “educação conectada”, “ensino remoto”, “mediação pedagógica” e “autoaprendizagem”, carregam consigo escolhas epistemológicas e políticas. Refletir sobre essas expressões é também pensar no papel do Estado, das instituições, dos(as) docentes e dos(as) estudantes na construção de uma educação a distância pública, democrática e de qualidade socialmente referenciada.

A EaD é um lugar vivo – tecido por histórias, escolhas e afetos. Seguir refletindo sobre ela é também um gesto de compromisso com a formação ética, democrática, crítica e inclusiva que desejamos para todas as pessoas.

Com olhos atentos, coração aberto e mãos prontas para a ação... seguimos juntos!

Referências

ALVES, Lucineia. **Educação a distância: conceitos e história no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2011.

BRASIL. Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998. **Dispõe sobre a educação a distância**. Diário Oficial da União, Brasília, 11 fev. 1998.

BRASIL. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. **Regulamenta o art. 80 da LDB, que trata da educação a distância**. Diário Oficial da União, Brasília, 20 dez. 2005.

BRASIL. Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006. **Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior**. Diário Oficial da União, Brasília, 10 maio 2006.

BRASIL. Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007. **Altera o Decreto nº 5.622/2005**. Diário Oficial da União, Brasília, 13 dez. 2007.

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. **Regulamenta a oferta de cursos superiores a distância**. Diário Oficial da União, Brasília, 26 maio 2017.

BRASIL. Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025. **Estabelece diretrizes para a EaD e a educação híbrida**. Diário Oficial da União, Brasília, 20 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Portaria nº 4.361, de 29 de dezembro de 2004. **Define normas para credenciamento de instituições de ensino a distância**. Diário Oficial da União, Brasília, 30 dez. 2004.

BRASIL. Portaria nº 10, de 02 de julho de 2009. **Dispõe sobre avaliação in loco para a EaD**. Diário Oficial da União, Brasília 03 jul. 2009.

BRASIL. Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016. **Dispõe sobre a oferta de cursos EaD**. Diário Oficial da União, Brasília, 11 out. 2016.

BRASIL. Portaria MEC nº 378, de 19 de maio de 2025. **Estabelece parâmetros operacionais para a EaD**. Diário Oficial da União, Brasília, 20 maio 2025.

COSTA, Juliana. **Educação a distância: mercado e políticas públicas no Brasil contemporâneo**. Curitiba: Appris, 2021.

DOURADO, L. F.; MORAES, K. N. de; SIQUEIRA, R. M. Educação superior a distância no Brasil: flexibilização regulatória, expansão e privatização. **Educação & Sociedade**, v. 45, e286167, 2024.

FONSECA, Claudia Pereira da. **Educação a distância: discursos e práticas de um campo em disputa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

FONSECA, Claudia Pereira da; LIMA, Daniela. A educação a distância entre regulação e disputa de sentidos. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 45, 2024

HOPER CONSULTORIA. **Diagnóstico da educação superior privada no Brasil: fusões, aquisições e tendências**. Belo Horizonte, 2014.

INEP. **Censo da Educação Superior 2023: Divulgação dos resultados**. Brasília: INEP, 2022. Disponível em: <https://link.ufms.br/uWLzV>. Acesso em: 24 maio 2025.

INEP. **Censo da Educação Superior: ensino a distância cresce 474% em uma década**. Brasília: INEP, 2022. Disponível em: <https://link.ufms.br/X3lu7> Acesso em: 25 maio 2025.

INEP. **Censo da Educação Superior 2023: Divulgação dos resultados**. Brasília: INEP, 2024. Disponível em: <https://link.ufms.br/uWLzV>. Acesso em: 24 maio 2025.

KADJÓT, Grupo de Pesquisa. **As armadilhas das diretrizes gerais sobre aprendizagem híbrida**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://link.ufms.br/Bhz77> Acesso em: 05 maio 2025.

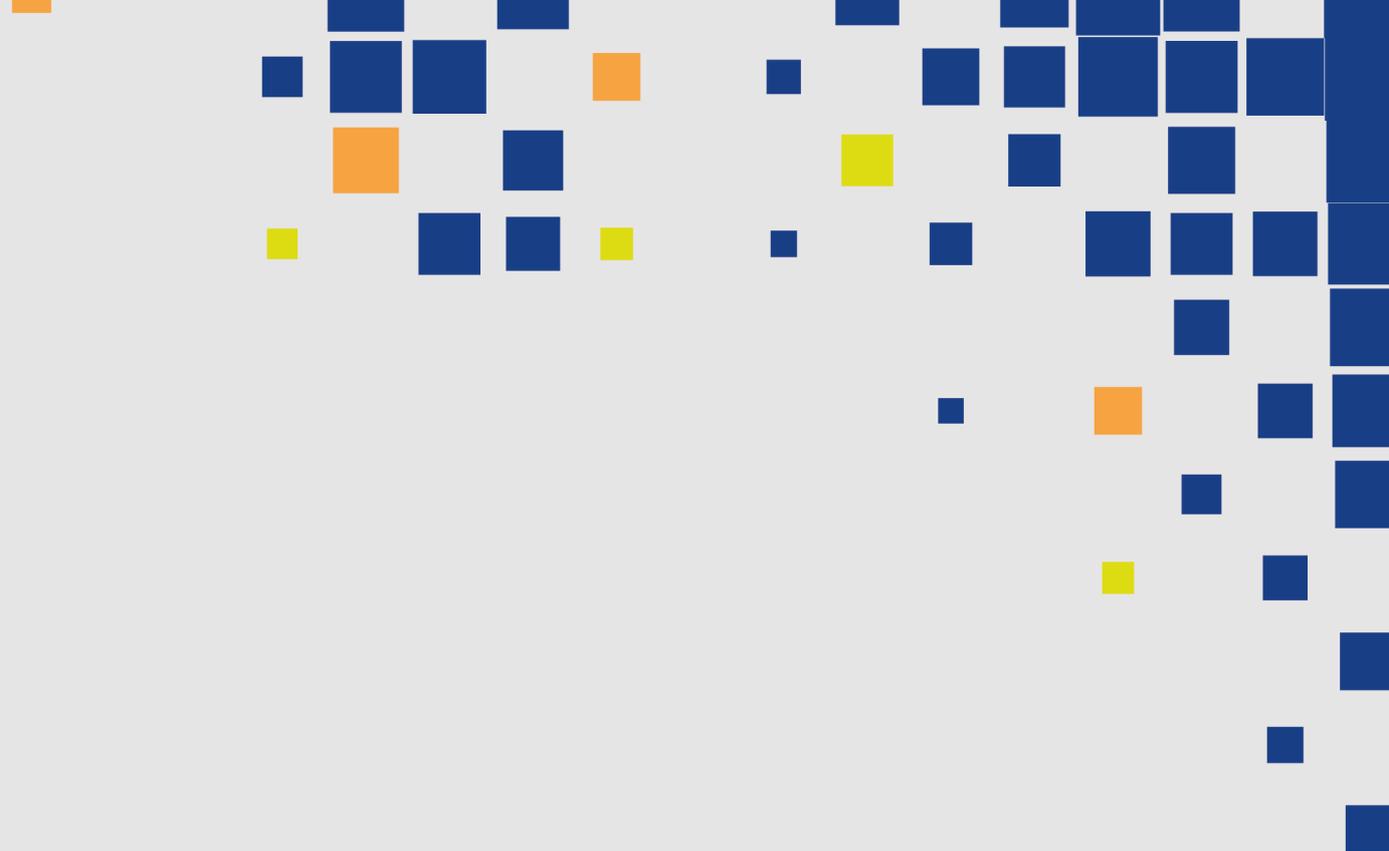
LIMA, Daniela; ALONSO, Mariana. Qualidade socialmente referenciada na EaD: um desafio político-pedagógico. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 24, 2019.

LIMA, Daniela. **Educação a distância: mediação, diálogo e projeto pedagógico**. São Paulo: Cortez, 2014.

PORTAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Histórico da EaD no Brasil**. Brasília: MEC, 2010.

RODRIGUES, Adriana Silva. **Educação a distância e neoliberalismo: o esvaziamento do conceito de modalidade**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Estrutura e funcionamento da educação básica**. 2. ed. Fortaleza: EdUECE, 2015. Disponível em: <https://link.ufms.br/EsORb>. Acesso em: 24 maio 2025.



Módulo 2

Ferramentas e tecnologias digitais para aprendizagem on-line



Apresentação

Olá, estudante!

Vivemos uma era em que a educação ultrapassa os limites físicos da sala de aula e se reinventa no universo digital, oferecendo novas linguagens, possibilidades e caminhos para ensinar e aprender. Neste módulo, vamos explorar os recursos disponíveis tanto nos ambientes institucionais da UFMS, quanto nas plataformas do Google Workspace, reconhecendo seu potencial não apenas como meios técnicos, mas como instrumentos pedagógicos capazes de ampliar a autonomia, a autoria e a colaboração nos processos educativos.

A proposta é que você se aproxime dessas ferramentas com confiança e curiosidade, compreendendo como elas podem ser utilizadas de forma criativa e intencional em práticas docentes e discentes. Ao longo de duas unidades, você encontrará explicações simples e diretas, aliadas a reflexões sobre as possibilidades pedagógicas de cada ambiente digital, sempre com foco na aprendizagem significativa e no cuidado com a mediação. Queremos que este módulo funcione como um convite ao uso consciente da tecnologia, com leveza e criticidade.

Na **Unidade 1**, você conhecerá as principais plataformas institucionais da UFMS: AVA (Moodle), SIGProj, SIAI, SISCAD, Sou UFMS e Pergamum. Essas ferramentas são essenciais para a organização da vida acadêmica, gestão de projetos, participação em processos avaliativos e acesso ao acervo bibliográfico. Conhecê-las bem é parte fundamental da sua formação universitária e do exercício de uma cidadania acadêmica ativa e participativa.

Já na **Unidade 2**, o foco será o ecossistema Google Workspace – um conjunto de ferramentas potentes como Gmail, Google Docs, Planilhas, Apresentações, Sites, Keep, Forms e Meet. Vamos analisar suas funcionalidades, apresentar usos criativos no contexto da educação on-line e mostrar como essas plataformas podem facilitar o trabalho colaborativo, a organização pessoal e a construção coletiva de conhecimento. Ao final do módulo, esperamos que você se sinta mais confortável e confiante para explorar e reinventar essas tecnologias no seu próprio caminho de aprendizagem.

Bons estudos!

Unidade 1

Acesso e uso do AVA e Sistemas da UFMS



Fonte: Arquivo da UFMS

Descrição da imagem: o Monumento da UFMS, carinhosamente apelidado de “Paliteiro”, é composto por 24 pilares, divididos em 4 segmentos, orientados para cima, representando a infinitude da formação da juventude.

A trajetória da Educação a Distância (EaD) na UFMS é marcada por um movimento gradual e intencional de valorização das tecnologias digitais como aliadas no processo formativo. Ao longo dos últimos anos, a universidade investiu na criação de uma política institucional voltada à EaD, com foco na democratização do acesso, na qualificação docente, na produção de material didático e na ampliação das possibilidades pedagógicas. Esses esforços resultaram na consolidação da Agead (Agência de Educação Digital e a Distância), responsável por coordenar ações estratégicas no campo das tecnologias educacionais, fomentando práticas inovadoras em toda a instituição.



AVA UFMS

Ambiente para interação entre professores e estudantes e acesso aos conteúdos do curso.

ava.ufms.br 

Dentro dessa trajetória, o Moodle se tornou o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) oficial da instituição, conhecido como **AVA UFMS**. Sua adoção foi orientada não apenas por critérios técnicos, mas também por sua flexibilidade pedagógica e pela capacidade de promover interações, mediações e organização de conteúdos de forma dinâmica. Além de se tratar de um sistema gratuito e de código aberto. A institucionalização do Moodle permitiu que os cursos de graduação pudessem dispor de um espaço virtual estruturado, possibilitando aos professores e estudantes o acesso a fóruns, videoaulas, arquivos, *quizzes*, questionários, tarefas, entre outros recursos. Assim, mesmo antes da pandemia, a UFMS já caminhava para uma integração consistente entre práticas presenciais e digitais.

Código aberto é um modelo que permite acesso, modificação e distribuição do código-fonte do software. O Moodle, como plataforma educacional de código aberto, pode ser baixado gratuitamente e ter seu código adaptado conforme as necessidades locais.

Como destaca Riedner (2022), a utilização do Moodle na UFMS potencializa o protagonismo docente, oferecendo ao professor múltiplas possibilidades para organizar suas aulas e acompanhar o processo de aprendizagem de seus estudantes. Ao mesmo tempo, desafia educadores e educadoras a se apropriarem criticamente das ferramentas, refletindo sobre metodologias, linguagens e mediações possíveis no espaço virtual. Nesse sentido, mais do que uma plataforma técnica, o Moodle se torna um território de criação, de exercício da autoria pedagógica e de reinvenção das práticas educativas.

Para o uso do Moodle, cada docente, a partir de sua experiência e disposição para aprender (ou reaprender), encontra caminhos singulares para integrar a plataforma ao seu fazer pedagógico com clareza e intencionalidade. Riedner (2022) destaca ainda que “o que existe é a experiência do uso do professor e como ele vai conseguir transpor esse uso para o ensino pedagógico”. Ao compreendermos o Moodle como ferramenta mediadora da aprendizagem na EaD, reconhecemos também o papel ativo de quem ensina e de quem aprende nesse processo, ambos tecendo sentidos, vínculos e saberes no universo digital da UFMS.



SIGProj

Sistema integrado de gestão de projetos institucionais, de desenvolvimento, ensino, pesquisa e extensão.

sigproj.ufms.br 

Você sabia que muitos dos projetos de pesquisa, extensão e ensino que acontecem na UFMS passam por um sistema on-line chamado Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGProj)? Ele é uma ferramenta nacional criada para facilitar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação dessas ações em todas as universidades públicas brasileiras. Coordenado pelo Ministério da Educação (MEC) e desenvolvido em parceria com diversas instituições, incluindo a nossa UFMS, o SIGProj nasceu com um compromisso importante: tornar a gestão universitária mais eficiente e, ao mesmo tempo, mais transparente e acessível.

O SIGProj se originou a partir do Sistema de Informação em Extensão Universitária (SIEEX), fruto de uma parceria entre o Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX) e a UFMS, com foco inicial nas ações de extensão. Com o tempo, o sistema foi ampliado e passou a abranger também projetos de ensino, pesquisa e ações estudantis. O processo é todo realizado on-line: o(a) coordenador(a) do projeto preenche um formulário na plataforma e, a partir disso, o sistema permite que comitês e câmaras técnicas acompanhem todas as etapas da proposta, desde o planejamento até a avaliação final.

O diferencial do Sigproj é a facilidade do acesso à informação. Qualquer pessoa da comunidade, seja estudante, ou da comunidade externa, pode acessar o banco de dados e consultar os projetos cadastrados, sem precisar de identificação ou cadastro. Para cadastrar projetos ou se candidatar a editais, é necessário ter login e senha.

Para quem está envolvido em propostas ativas, o SIGProj também se torna uma ferramenta de organização, permitindo que coordenadores(as) monitorem prazos, incluam documentos e acompanhem as devolutivas dos pareceres técnicos. Ao dominar o uso do SIGProj, você fortalece sua atuação acadêmica com ética, visibilidade e compromisso público.



SIAI

Plataforma para avaliação institucional por estudantes, técnicos e docentes.

siai.ufms.br 

Um aspecto muito importante na gestão da UFMS é a Avaliação Institucional. Você sabia que a sua opinião ajuda a transformar a nossa universidade através do Sistema de Avaliação Institucional (SIAI)? Pois é! A Avaliação Institucional é uma ferramenta fundamental para que estudantes, professores(as), técnicos(as) e gestores(as) possam refletir sobre a qualidade da educação, da infraestrutura e dos serviços prestados pela UFMS.

Desde a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), por meio da Lei nº 10.861/2004, o processo avaliativo nas instituições públicas passou a ter um papel estratégico e democrático. Na UFMS, esse processo é organizado e registrado por um sistema próprio: o SIAI nasceu do desejo de incluir todos no processo de auto-avaliação institucional, com mais acessibilidade e sigilo garantido. Até 2017, os questionários de avaliação eram respondidos em plataformas separadas, o que dificultava a gestão e a participação de todos os segmentos.

A partir daí, com a parceria entre a Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação (Agetic) e o Laboratório de Engenharia de Software (Ledes/FACOM), foi criado o módulo de Avaliação Institucional do SIAI, unificando os dados e fortalecendo o compromisso da UFMS com a escuta da comunidade. Desde 2018, todos que fazem parte da universidade, desde estudantes da graduação presencial e EaD até coordenadores de curso e técnicos administrativos participam do processo pelo mesmo sistema.

Além de responder aos questionários, cada pessoa que colabora com a Avaliação Institucional contribui para mudanças reais no cotidiano da universidade. As informações são analisadas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), que elabora relatórios e propõe melhorias em diversos setores. Isso significa que sua voz tem valor, e o SIAI é o canal que garante que ela seja ouvida com respeito e responsabilidade. Quer entender mais? Acesse o [Manual do SIAI](#), ou acesse [este link](#) para descobrir como esse processo é construído com a participação de todos nós.



Sistemas Acadêmicos

Sistemas para gestão de disciplinas, notas, frequências e grade curricular por estudantes e professores.

Graduação

siscad.ufms.br



Pós-Graduação

posgraduacao.ufms.br



Na vida acadêmica da UFMS, uma das ferramentas mais importantes para organização e acompanhamento das disciplinas da Pós-Graduação é o Sistema de Gestão de Pós-Graduação (SIGPOS). Ele permite que estudantes e professores(as) consultem informações atualizadas sobre horários, componentes curriculares, matrículas, turmas, prazos e estrutura dos cursos de graduação. Recentemente o SIGPOS foi unificado ao SISCAD, que centraliza a vida acadêmica dos estudantes da graduação e da pós-graduação, por meio dele que você acompanha sua jornada acadêmica: histórico escolar, estrutura curricular, carga horária, e prazos de lançamento de notas e frequências. Tudo num só lugar, com acesso simples e direto, feito com o seu Passaporte UFMS.

O Passaporte UFMS é a sua chave digital, com login e senha, usada para acessar os sistemas institucionais. Saiba mais em: passaporte.ufms.br

O SISCAD também é uma ferramenta essencial de gestão. Por meio dele os(as) estudantes acessam horários de turmas, notas e frequências disponibilizadas pelos professores, visualizam estruturas curriculares e cumprem prazos acadêmicos definidos pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (Propp). O sistema é desenvolvido e mantido pela Agetic, com coordenação da Prograd e Propp, e está em constante aperfeiçoamento para atender às demandas da comunidade universitária.



Pergamum UFMS

Catálogo on-line dos acervos físico e virtual da UFMS.

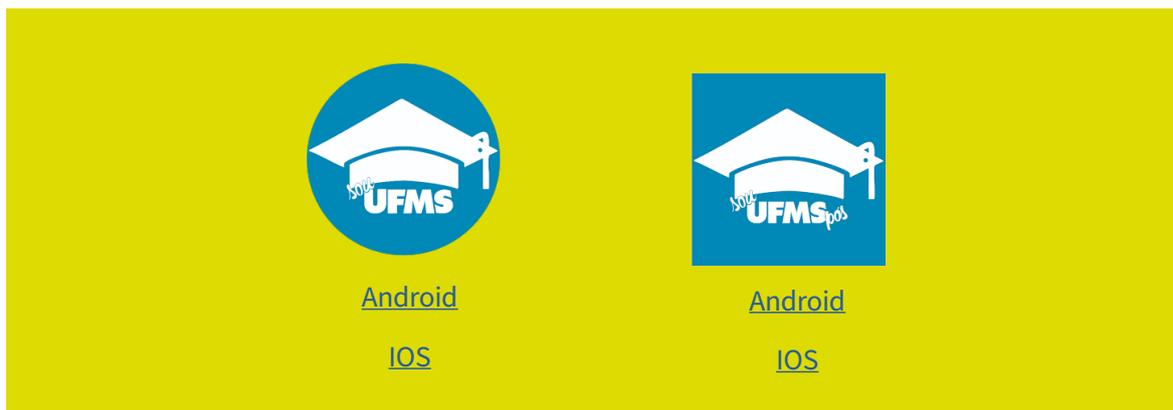
pergamum.ufms.br 

Você sabia que todo o acervo das bibliotecas da UFMS pode ser acessado on-line, de onde você estiver? Isso é possível graças ao sistema Pergamum, que reúne o catálogo digital com milhares de obras disponíveis para consulta, empréstimo e renovação. A base de dados inclui livros, periódicos, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), teses, dissertações e outros materiais que fazem parte do Sistema de Bibliotecas da UFMS. Você pode fazer buscas rápidas diretamente pelo seu computador, celular ou nos terminais disponíveis nas bibliotecas físicas da universidade.

Recentemente, o Pergamum passou por atualizações importantes, trazendo mais agilidade, organização e conforto na navegação. Agora, o catálogo on-line apresenta um novo layout, filtros personalizados e resultados de busca mais rápidos. Para acessar sua conta, renovar empréstimos, consultar o histórico de leituras ou explorar livros digitais, é só usar o seu Passaporte UFMS. Com essa integração, o sistema fica ainda mais intuitivo e conectado com as demais ferramentas acadêmicas da universidade. Aproveite esse recurso incrível para explorar o conhecimento com autonomia, curiosidade e praticidade.

Na sua jornada acadêmica pela UFMS, o aplicativo **Sou UFMS** será um grande aliado. Desenvolvido pela Agetic, ele foi pensado para facilitar o seu dia a dia, reunindo informações essenciais em um só lugar. Com ele, você pode consultar suas notas, frequências, horários das aulas, acessar sua carteira estudantil virtual e acompanhar notificações institucionais. Uma das funcionalidades mais recentes é o acompanhamento em tempo real do Capi *Shuttle*, o ônibus circular interno da Cidade Universitária da UFMS, ideal para quem precisa se deslocar pelo campus com mais autonomia e segurança. Para acessar tudo isso, basta fazer login com seu Passaporte UFMS.

O Sou UFMS também permite que você visualize seu Registro Geral Acadêmico (RGA) ativo e inativo, consulte os dados das disciplinas cursadas em cada semestre e preencha o questionário sociodemográfico. Além disso, estudantes de pós-graduação da Universidade já podem baixar o aplicativo Sou UFMS Pós, também gratuito, que oferece acesso a diversas funcionalidades específicas, como disciplinas em andamento, identidade estudantil digital e o acervo do Sistema de Bibliotecas da UFMS. O Sou UFMS foi criado para caminhar junto com você na vida acadêmica.



Concluimos esta unidade reforçando a importância das tecnologias digitais na vida acadêmica na UFMS, através das quais a comunidade universitária participa da instituição com maior autonomia, organização e acesso à informação. O AVA UFMS, o SIGProj, o SIAI, os sistemas acadêmicos, o Pergamum e o aplicativo Sou UFMS não são meros sistemas: são recursos integrados que promovem uma experiência virtual com diversos aspectos da instituição. Estudantes de cursos presenciais e a distância encontram, nesses sistemas, ferramentas que potencializam o pertencimento e a participação na universidade.

Unidade 2

Acesso e uso do Google Workspace e suas ferramentas



Fonte: [Freepik](#)

Descrição da imagem: Pessoa participa de uma videoconferência com várias pessoas em um notebook, enquanto consulta gráficos em um tablet sobre a mesa.

Se você já utilizou o Gmail para enviar e-mails, ou o Google Docs para escrever um trabalho em grupo, talvez nem tenha percebido que está inserido em um **ecossistema digital** poderoso e cheio de potencialidades educativas. Nesta unidade, vamos explorar juntos as ferramentas oferecidas pelo Google Workspace, com um olhar voltado não apenas para o seu uso técnico, mas principalmente para suas possibilidades pedagógicas. Nesta etapa da nossa jornada, vamos explorar como recursos tecnológicos podem ser utilizados de forma intencional e pedagógica para enriquecer o processo de ensino e aprendizagem.

Nosso objetivo é apresentar e discutir diversas ferramentas digitais, destacando suas funcionalidades, aplicabilidades e potencialidades no ambiente educacional. Para isso, traremos pequenas explicações sobre cada uma das ferramentas, com sugestões práticas de uso no contexto educacional e suas funcionalidades mais relevantes. Queremos que você se sinta seguro(a) para navegar nesse universo digital e, quem sabe, até reinventá-lo com o seu toque pessoal.

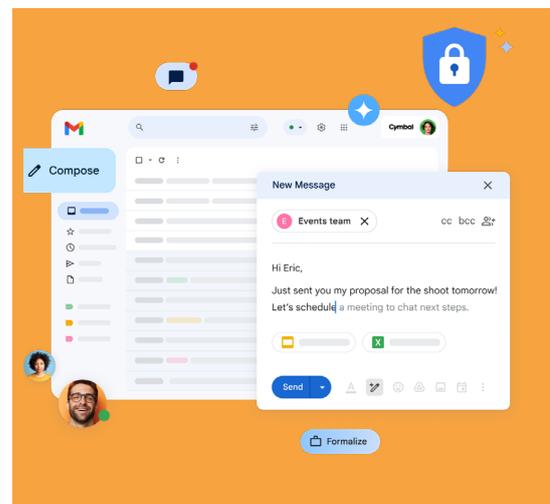
Prepare-se para abrir novas janelas de criação, porque o Google Workspace pode ser muito mais do que um conjunto de ferramentas: ele pode ser um território de aprendizagem colaborativa e criativa, onde o conhecimento é construído com intencionalidade, praticidade e autonomia.

Workspace se refere ao “espaço de trabalho” oferecido pelo Google, com ferramentas on-line para e-mail, documentos e reuniões, por exemplo, com foco em colaboração e produtividade.





O Gmail é muito mais do que uma simples ferramenta de envio de mensagens – ele é a porta de entrada para todo o ecossistema Google e pode ser um importante aliado no contexto educacional. Para Pelages *et al.* (2024), o uso do Gmail no ambiente escolar favorece a comunicação entre docentes e discentes, o envio de atividades, materiais e lembretes, além de facilitar a organização da rotina pedagógica. Quando utilizado com intencionalidade, o Gmail ajuda a construir vínculos, promover trocas respeitadas e fortalecer o senso de presença, mesmo em ambientes virtuais. Por isso, manter uma conta ativa e organizada é um passo importante na sua jornada digital de aprendizagem.



Fonte: [Google](#)

Para criar sua conta no Gmail, basta acessar gmail.com e clicar em “Criar conta”. Você precisará fornecer algumas informações básicas, como nome, data de nascimento e número de celular (opcional). Depois de criado, seu endereço de e-mail será sua chave para acessar diversas outras ferramentas, como o Google Drive, o Meet, os Formulários e os Documentos. Dica: mantenha seu e-mail com um nome identificável e evite apelidos ou nomes fantasiosos, especialmente se for usá-lo para fins acadêmicos e/ou profissionais.

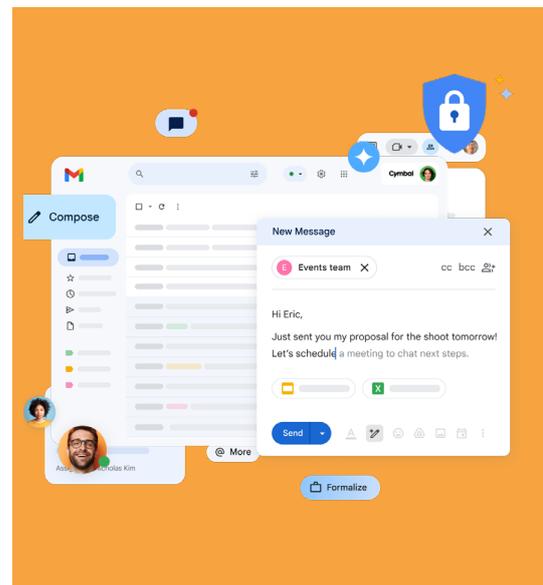
Para estudantes da UFMS, recomenda-se o uso do e-mail institucional (@ufms.br), que é ativado automaticamente com o Passaporte UFMS. Esse e-mail oferece vantagens específicas e integrações com os sistemas acadêmicos. Saiba mais [aqui!](#)



Google Docs

O Google Docs é uma das ferramentas mais potentes do Google Workspace para quem deseja criar, editar e compartilhar textos em tempo real. Pelages *et al.* (2024) destacam o Docs como uma solução que favorece a autonomia do estudante, permitindo que ele escreva, revise e reorganize suas ideias com facilidade, além de garantir que tudo fique salvo automaticamente na nuvem.

Para professores(as), o Docs pode ser utilizado na elaboração de materiais didáticos, roteiros de aula, devolutivas escritas e planejamentos. Já os(as) estudantes podem usá-lo para redigir resenhas, projetos, relatórios e tarefas de forma segura e acessível, com a vantagem de poder acessar o mesmo arquivo de qualquer dispositivo conectado à internet.



Fonte: [Google](https://www.google.com)

Uma das grandes forças do Google Docs está no seu potencial colaborativo. Com ele, é possível que grupos de estudantes escrevam juntos um mesmo texto, ao mesmo tempo, em espaços compartilhados. Isso estimula o trabalho em equipe, a negociação de ideias, a escuta ativa e a coautoria, princípios fundamentais para uma educação mais dialógica e democrática. Professores(as) também podem fazer anotações, sugestões e comentários nos textos dos(as) alunos(as) de forma rápida e personalizada, promovendo o feedback contínuo.

Para começar a usar, basta acessar docs.google.com com sua conta Gmail, clicar em “+ em branco” e começar a digitar. E lembre-se: é possível compartilhar seu arquivo clicando no botão azul “Compartilhar” no canto superior direito, definindo quem poderá visualizar, comentar ou editar.



Google Planilhas

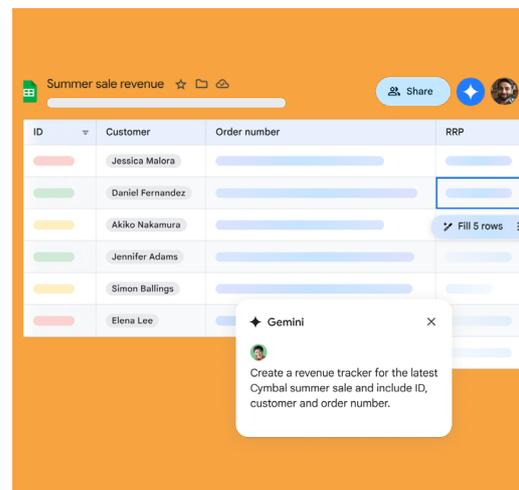
O Google Planilhas é uma ferramenta versátil que vai muito além dos cálculos matemáticos. Para Pelages *et al.* (2024), seu uso no ambiente educacional tem se mostrado estratégico para organizar informações acadêmicas, construir cronogramas, acompanhar avaliações e até elaborar gráficos com dados produzidos por estudantes.

Sua interface, semelhante ao Microsoft Excel, permite criar tabelas dinâmicas, aplicar fórmulas e personalizar células de forma intuitiva e acessível. Para estudantes, o uso das planilhas pode ser um recurso importante na organização da rotina de estudos, controle de leituras ou levantamento de

dados em pesquisas. Já para professores(as), ela se torna uma aliada na construção de diários de classe, registros avaliativos ou planejamento de turmas.

Além disso, o potencial colaborativo do Google Planilhas possibilita que várias pessoas editem e visualizem o mesmo documento em tempo real, favorecendo o trabalho em grupo e a gestão compartilhada de projetos. É possível, por exemplo, criar uma tabela de atividades para ser preenchida por todos os membros de uma equipe, organizar o andamento de uma pesquisa ou ainda propor atividades investigativas com gráficos e interpretação de dados.

Para começar, basta acessar o sheets.google.com, clicar em “+ em branco” ou escolher um modelo pronto, e já iniciar a edição. Lembrando que você pode compartilhar sua planilha com colegas e professores(as) com diferentes níveis de permissão, seja para leitura, comentário ou edição.

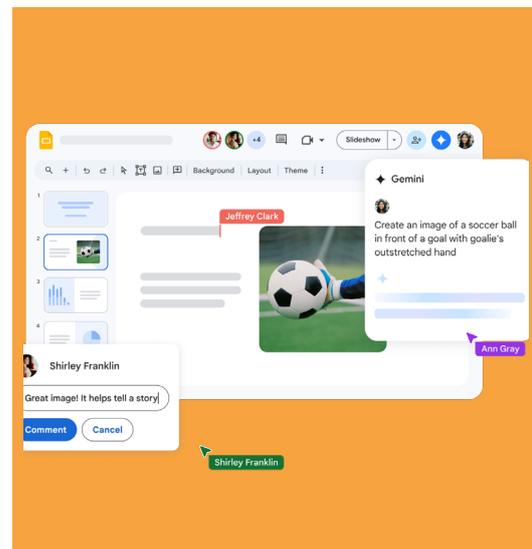


Fonte: [Google](https://www.google.com)



Google Apresentações

O Google Apresentações é uma ferramenta essencial para criar conteúdos visuais dinâmicos e colaborativos, muito utilizada para apresentações de trabalhos, seminários e projetos. De acordo com Pelages *et al.* (2024), essa ferramenta se destaca por sua acessibilidade e pela facilidade de integração com outras plataformas do Google, como Drive, Docs e YouTube. Com ela, é possível elaborar slides com textos, imagens, vídeos, links e animações, promovendo uma aprendizagem visual mais engajante e organizada. Para estudantes, o recurso amplia as possibilidades de expressão e autoria. Para docentes, é um meio criativo de organizar conteúdos de aula, propor trilhas investigativas e até mesmo disponibilizar o material para revisão posterior.



Fonte: [Google](https://www.google.com)

Outro grande diferencial do Google Apresentações é o modo colaborativo, que permite que várias pessoas criem, editem e comentem no mesmo slide em tempo real. Isso torna a ferramenta potente para projetos em grupo, aulas invertidas, exposições interativas e até portfólios compartilhados. Além disso, os comentários e sugestões podem ser feitos diretamente nos slides, possibilitando devolutivas e coautorias em processos formativos.

Para começar, é só acessar slides.google.com, escolher um modelo ou iniciar uma apresentação em branco. É possível explorar os temas prontos, os recursos de inserção de imagens com licença aberta e o botão “Apresentar”, que transforma seus slides em mediador de conhecimento.



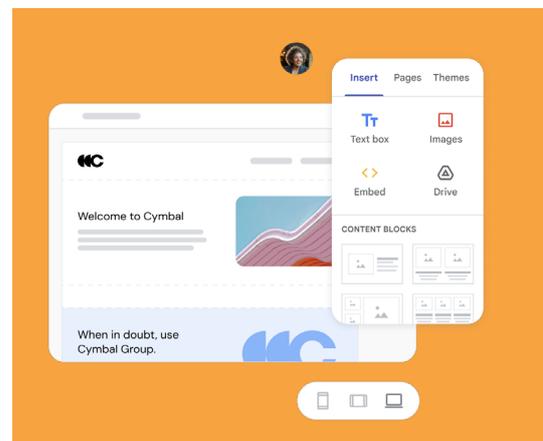
Google Sites

O Google Sites é uma ferramenta interessante para a criação de páginas on-line educativas, mesmo para quem não tem experiência com design ou programação. Intuitivo e gratuito, ele permite que estudantes e professores(as) desenvolvam sites personalizados para diferentes finalidades pedagógicas, como portfólios digitais, diários de bordo, exposições de trabalhos, repositórios de atividades ou espaços interativos de aprendizagem.

Por meio da conta Gmail, é possível criar um site, incorporando arquivos do Google Drive (como Docs, Planilhas e Apresentações), vídeos do YouTube, links externos, imagens e calendários. Tudo fica salvo automaticamente e com acesso controlado, podendo ser público, privado ou restrito a grupos específicos.

No contexto educacional, o Google Sites pode promover autoria, organização e visibilidade dos saberes construídos ao longo de um semestre. Professores(as) podem utilizá-lo como um ambiente complementar de aula, publicando materiais, orientações e propostas interativas. Estudantes, por sua vez, podem criar seus próprios sites como espaços de autoria e curadoria, registrando seus processos de aprendizagem ao longo de um projeto ou disciplina. O diferencial é que, mesmo sendo uma ferramenta simples de usar, ela permite uma apresentação visualmente atrativa e bem estruturada.

Para começar, basta acessar sites.google.com, escolher um modelo ou iniciar um site em branco, e deixar a criatividade fluir.

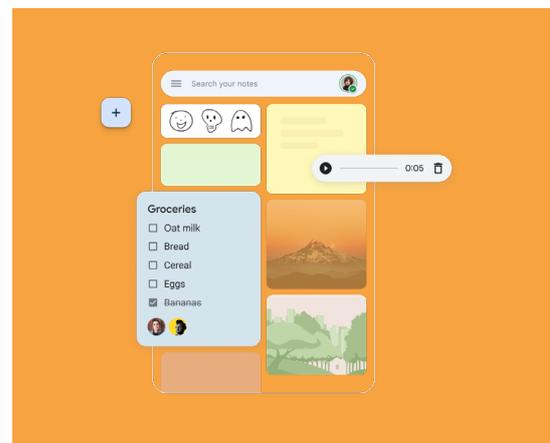


Fonte: [Google](https://www.google.com)



Google Keep

O Google Keep é uma ferramenta de anotações rápidas e organização pessoal que funciona como um quadro de lembretes inteligentes, parecido com post-its virtuais. Ele permite criar notas em texto, com lista de tarefas (checkbox), imagens, links e até áudios. Tudo é salvo automaticamente e pode ser acessado pelo celular, tablet ou computador, a qualquer momento. Para quem vive na correria da vida acadêmica, o Keep é um aliado para anotar ideias que surgem de repente, organizar tarefas por cores, definir prazos com lembretes programados e até compartilhar essas anotações com outras pessoas.



Fonte: [Google](#)

No contexto educacional, o Keep pode ser usado de forma individual para planejar aulas, listar conteúdos por módulos, registrar links úteis e organizar devolutivas para estudantes. Já no uso colaborativo, ele permite que grupos de trabalho construam listas compartilhadas de tarefas (com quem faz o quê), brainstormings de projetos, lembretes com prazos e notas conjuntas.

É possível fixar notas mais importantes no topo, agrupar por cores e até adicionar etiquetas para filtrar e organizar melhor. Uma dica extra: o Keep se integra com o Google Docs. Você pode abrir o Keep na lateral de um documento e arrastar suas notas direto para o texto. Isso torna o processo criativo ainda mais fluido, prático e visual. Um convite para pensar com leveza e registrar com agilidade.

Basta acessar keep.google.com, fazer login com sua conta Google e começar a digitar.



Google Forms

O Google Forms é uma das ferramentas mais completas para criar formulários, questionários e pesquisas de forma simples e eficaz. No ambiente educacional, ele se destaca por sua versatilidade: pode ser usado para avaliações formativas, diagnósticas, pesquisas de opinião, autoavaliações, sondagens iniciais de turma ou mesmo para coletar sugestões anônimas. Você pode escolher entre diversos tipos de perguntas (múltipla escolha, texto, caixas de seleção, escala linear), configurar feedbacks automáticos e até adicionar vídeos e imagens nas questões, deixando tudo mais atraente e interativo. Fonte: [Google](#)



Para Pelages *et al.* (2024), o Forms favorece o protagonismo dos(as) estudantes ao permitir que respondam com autonomia, de qualquer dispositivo conectado à internet, promovendo escuta ativa e análise de dados em tempo real.

Além disso, o Forms se integra de forma poderosa com outras ferramentas do Google e os resultados podem ser automaticamente organizados no Google Planilhas, facilitando a visualização de gráficos, tabelas e análises; também é possível enviar o link do formulário por Gmail ou incorporá-lo diretamente em um Google Docs ou em um site feito no Google Sites, criando assim uma experiência digital completa e interconectada.

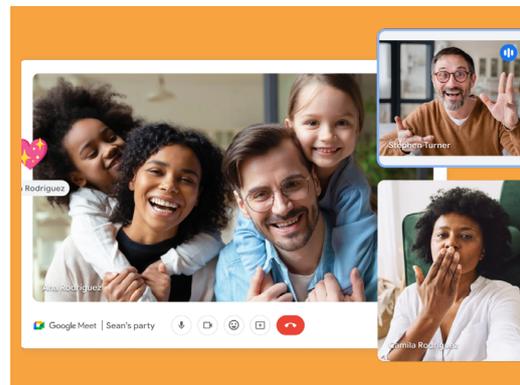
Professores(as) podem criar formulários colaborativamente, programar datas de encerramento, coletar e-mails automaticamente e até receber notificações para acompanhar as respostas em tempo real.

Para começar, é só acessar forms.google.com, clicar em “+ em branco” ou usar um dos modelos prontos e configurar com as perguntas desejadas.



O *Google Meet* é a ferramenta de videoconferência do Google, usada amplamente para aulas on-line, reuniões pedagógicas, bancas, grupos de estudos e encontros formativos. Com ele, é possível realizar encontros síncronos com até 100 participantes (na versão gratuita) e bem mais na versão institucional, como a utilizada pela UFMS.

O Meet oferece recursos como compartilhamento de tela, legendas automáticas, gravação (em contas institucionais com permissão), chat em tempo real, quadro branco (integrado ao FigJam e Miro) e divisão de participantes em grupos menores (salas simultâneas).



Fonte: [Google](https://www.google.com)

Esses recursos tornam o ensino on-line mais interativo, acessível e participativo, especialmente quando aliados a estratégias como roda de conversa, estudo de caso, seminários e atendimentos personalizados.

Além de ser prático, o Google Meet é integrado a outras ferramentas do Google Workspace: ao criar um evento no Google Agenda ou um link de Meet dentro de um Google Classroom, a reunião já fica agendada e vinculada aos participantes. Também é possível inserir o link de acesso em um Google Docs, Formulário ou Site, criando ecossistemas completos de aprendizagem.

Na UFMS, professores(as) e estudantes com conta institucional têm acesso à versão premium da ferramenta, com funcionalidades ampliadas. Para utilizar, basta acessar meet.google.com, clicar em “Nova reunião” e escolher entre iniciar imediatamente ou agendar para depois. O Meet nos lembra que, mesmo distantes fisicamente, podemos olhar nos olhos, ouvir com atenção e construir presença no tempo digital.

Os documentos criados no Google Workspace ficam armazenados automaticamente no Google Drive. Acesse drive.google.com para visualizá-los, organizá-los em pastas de trabalho e manter tudo sempre à mão!

Encerramos esta unidade com a certeza de que o uso das ferramentas do Google Workspace não é apenas uma questão técnica, mas sobretudo uma escolha pedagógica consciente, que amplia possibilidades de ensino, de autoria e de colaboração. Gmail, Docs, Planilhas, Apresentações, Sites, Keep, Forms e Meet compõem um ecossistema potente para organizar rotinas, criar materiais, interagir com estudantes e construir experiências de aprendizagem mais acessíveis, flexíveis e significativas.

Mais do que conhecer as funcionalidades de cada ferramenta, esperamos que você tenha reconhecido como elas podem ser utilizadas com intencionalidade pedagógica, sensibilidade e criatividade. Porque, no fim das contas, não se trata apenas de dominar tecnologias, mas de usar a tecnologia para humanizar os vínculos e reinventar modos de ensinar e aprender.

Considerações finais

Chegar ao fim deste módulo é, ao mesmo tempo, celebrar um percurso e abrir novas trilhas. Ao longo destas duas unidades, exploramos juntos as plataformas institucionais da **UFMS** e as ferramentas do **Google Workspace**, buscando não apenas ensinar seu funcionamento técnico, mas provocar reflexões sobre o uso ético, intencional e criativo dessas tecnologias nos processos de ensino e aprendizagem.

Mais do que conhecer onde clicar ou como acessar determinados recursos, o que nos move aqui é cultivar um olhar sensível para as potências educativas dessas ferramentas: o Moodle como espaço de autoria docente, o SIGProj como instrumento de democratização da pesquisa e extensão universitária, o SIAI como canal de escuta da comunidade, o SISCAD como bússola da jornada acadêmica, o Sou UFMS como ponto de encontro digital, o Pergamum como ponte para o conhecimento acumulado. Cada uma dessas plataformas é parte do ecossistema que compõe o nosso cotidiano universitário na UFMS.

Ao nos voltarmos, na segunda unidade, para o universo do Google Workspace, ampliamos ainda mais essa perspectiva. Aprendemos que o Gmail pode ser mais do que um correio eletrônico, pode ser uma ponte de diálogo; que o Docs, Planilhas e Apresentações não são só ferramentas de edição, são territórios de coautoria e expressão; que o Keep, Forms e Meet, quando usados com afeto e criatividade, promovem organização, escuta e presença. São recursos que, quando usados com intencionalidade pedagógica, ajudam a reinventar o vínculo entre quem ensina e quem aprende.

O digital não substitui o humano, mas pode, sim, ampliá-lo. Que essas tecnologias possam ser nossas aliadas na construção de experiências educativas mais acessíveis, colaborativas e transformadoras.

Que você leve daqui não apenas habilidades técnicas, mas sobretudo o desejo de continuar aprendendo, compartilhando e criando com os recursos ao seu alcance. Porque o mais importante não é a ferramenta que usamos, mas o modo como escolhemos usá-la: com ética, sensibilidade e coragem para inventar novos fazeres pedagógicos em que aprender é uma aventura envolvente e criativa.

Obrigada!

Referências

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES**. Diário Oficial da União, Brasília, 15 abr. 2004. Disponível em: <https://link.ufms.br/jAF6S> Acesso em: 27 maio 2025.

GOOGLE. **Google Workspace for Education**. Disponível em: <https://link.ufms.br/Fb1Fr> Acesso em: 27 maio 2025.

PELAGES, R. G.; MASSINI, A. M. de C.; AZEVEDO, E. C. de; PERIM, F. de C. R.; SOUZA, F. S. R. de; LOPES, K. da S.; BRITO, M. S. de; FRAGOSO, N. da S. C.; MORAES, R. R.; PINHEIRO, T. da S.; CARVALHO, V. M. O uso das ferramentas Google na educação: drive, forms e sala de aula. **Revista Foco**. [S. l.], v. 17, n. 6, 2024. Disponível em: <https://link.ufms.br/a9vdW> Acesso em: 25 maio 2025.

RIEDNER, Daiani Damm Tonetto. **Experiências docentes com o AVA Moodle na UFMS**. Campo Grande: AGEAD/UFMS, 2022. Disponível em: <https://link.ufms.br/77mqK> Acesso em 03 jun 2025

UFMS. **Manual do SIAI – Edição 2022**. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2022. Disponível em <https://link.ufms.br/gxkvN> Acesso em: 27 maio 2025.

UFMS. **Sistema Acadêmico (SISCAD)**. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Disponível em <https://link.ufms.br/LnzP6> . Acesso em: 27 maio 2025.

UFMS. **Passaporte UFMS**. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <https://link.ufms.br/98f7A> . Acesso em: 27 maio 2025.

UFMS. **SIGProj** – Sistema de Informação e Gestão de Projetos. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <https://link.ufms.br/Qp8q5> Acesso em: 27 maio 2025.

UFMS. **Sou UFMS**: aplicativo acadêmico da UFMS. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <https://link.ufms.br/ouBWv> Acesso em: 27 maio 2025.

UFMS. **Sistema Pergamum** – Catálogo on-line de Bibliotecas da UFMS. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <https://link.ufms.br/FfDOz> Acesso em: 27 maio 2025.



AGEAD

Agência de Educação
Digital e a Distância